

EDITAL DE INSCRIÇÃO n.º /2018

A Diretoria da Escola de Direito de Brasília – EDB, mantida pelo Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP, no uso de suas atribuições, estabelece as normas para a inscrição de alunos e professores desta Instituição de Ensino, candidatos à participação no curso de DERECHO CONSTITUCIONAL E INTEGRACIÓN SUPRANACIONAL, organizado pela Fundación General UGR-Empresa em parceria com o Programa de Mestrado em Direito Constitucional da Escola de Direito de Brasília (EDB/IDP) e a Facultad de Derecho de la Universidad de Granada.

1. OBJETO

1.1. A Fundação Peter Häberle, a Escola de Direito de Brasília (EDB/IDP) e a Facultad de Derecho de la Universidad de Granada (FDUG), com base no convênio acadêmico firmado entre si, convidam a comunidade acadêmica a participar do *Curso Superior en Garantías Jurisdiccionales e Institucionales de los Derechos Fundamentales en un Marco Global* ("Curso"), a ser realizado na cidade de Granada, Espanha, cujo programa segue em anexo a este Edital.

1.2. O Curso será oferecido aos alunos regulares e especiais do Programa de Mestrado em Direito Constitucional da EDB/IDP como disciplina optativa.

1.3. Para os alunos de graduação que participem do Curso, assistindo a integralidade de suas aulas e realizando o trabalho final, será reconhecida carga horária de 40 (quarenta) horas a título de disciplina optativa.

1.4. Terceiros interessados poderão frequentar o Curso desde que matriculados na condição de alunos especiais.

1.5. O Curso será ministrado em duas etapas. A primeira etapa visa apresentar aos alunos uma visão geral da proteção dos direitos fundamentais no Marco Global, sendo ministrada por professores brasileiros, em português, com carga de em 8 (oito) horas, na sede do IDP em Brasília, em datas e horários a serem fixados oportunamente. A fase internacional será ministrada em 32 (trinta e duas) horas, no idioma espanhol, na cidade de Granada, Espanha, entre os dias 15 e 19 de outubro de 2018, da seguinte forma:

a) 25 (vinte e cinco) horas ministradas por professores da FDUG, nas dependências da Facultad de Derecho;

b) 7 (sete) horas em atividades extra-classe.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Ser aluno regular da EDB/IDP (graduação, pós-graduação, mestrado, extensão), aluno especial do mestrado, ex-aluno da EDB/IDP ou professor da EDB/IDP.

2.2. Ser maior de 18 (dezoito) anos.

2.3. Para os alunos regulares ou especiais da EDB/IDP, estar quite com suas obrigações financeiras.

2.4. Para alunos regulares e alunos especiais, não possuir registro de reprovação em disciplina no histórico escolar.

2.5. Pagamento da inscrição.

### 3. INSCRIÇÕES

3.1. Serão disponibilizadas 30 (trinta) vagas para o Curso. Caso o número de inscritos supere o total de vagas ofertado, será observada a ordem cronológica de inscrição, com preferência para os mestrandos.

3.2. Os interessados deverão manifestar-se até a data de 29 de agosto de 2018, mediante envio para o endereço [career.center@idp.edu.br](mailto:career.center@idp.edu.br), informando o curso que frequentam no IDP/EDB, ou a condição de aluno especial, bem como seu currículo Lattes.

3.3. Com base nas informações curriculares, a EDB/IDP fará a seleção dos alunos, informando sua aprovação e o atingimento do número mínimo de alunos para viabilizar sua realização.

3.4. Após a ciência de sua seleção, deverá o interessado comprovar o pagamento da matrícula em favor da FDUG, no valor de 1.435 (um mil quatrocentos trinta e cinco) Euros, mediante transferência bancária internacional, até 14 de setembro de 2018, na conta corrente de código IBAN (International Bank Account Number) ou cartão de crédito pela internet, através do endereço eletrônico <https://fundacionugempresa.es/serviciopago/inscripcion/1/F18113/>

3.5. O valor da matrícula inclui:

a) Diploma expedido por la Fundación General Universidad de Granada-Empresa àqueles que superarem as atividades formativas;

b) Material acadêmico de boas vindas;

c) Alojamento em quarto duplo, por seis noites, com direito a café da manhã, no Hotel Leonardo Granada, de quatro estrelas, localizado no centro histórico e cultural de Granada (check-in em 15 de outubro e check-out em 20 de outubro de 2018);

d) Almoço todos os dias do curso (15 a 19 de outubro), no restaurante da Faculdade de Direito da Universidade de Granada após o término das sessões do curso. O menu é composto de dois pratos, sobremesa e bebida;

e) Participação no programa cultural/social desenhado na medida para os alunos do curso, acompanhado de um representante da Fundación General Universidad de Granada-Empresa durante o desenvolvimento das atividades;

d) Seguro de acidentes durante as atividades do curso.

3.5. Os participantes que desejarem hospedar-se em quarto *single* do mesmo hotel, por todo o período, poderão manifestar a opção mediante o pagamento suplementar de 210 (duzentos e dez) Euros.

3.6. Ao manifestar interesse nos termos do item 3.2, acima os alunos comprometem-se a: (i) realizar sua matrícula, nos termos dos item 3.4; (ii) suportar diretamente todas as despesas adicionais necessárias para o seu deslocamento e estada no exterior, bem como de frequência ao Curso; (iii) providenciar passagens, passaporte, visto, vacinas, e todos os demais documentos necessários para adentrar ao território espanhol; (iv) contratar seguro-viagem que contemple, além das despesas relativas a eventuais problemas de saúde, traslado do aluno em caso de óbito.

3.7. Nos termos das condições apresentadas pela FDUG, os valores pagos como taxa de matrícula não são reembolsáveis em caso de desistência.

#### 4. CONDIÇÕES DE APROVEITAMENTO DA DISCIPLINA

4.1. Para aproveitamento do curso como disciplina optativa do Programa de Mestrado da EDB/IDP, os alunos deverão elaborar artigo científico que discuta as repercussões do Direito Constitucional e a Integração Supranacional.

4.2. O artigo será submetido a avaliação e correção, devendo obter nota mínima 6,0 (seis) para aprovação.

4.3. O prazo para entrega do artigo é até o dia 19 de novembro de 2018.

4.4. Para os alunos da graduação da EDB/IDP, será atribuído o crédito correspondente a uma disciplina optativa de 40 (quarenta) horas, devendo elaborar artigo científico discutindo a repercussão sobre o Direito brasileiro das discussões desenvolvidas no curso, a ser entregue até o dia 19 de novembro de 2018.

4.5. Considerando que as atividades ordinárias de ensino do IDP/EDP ficam mantidas, o aproveitamento nos termos desse edital não assegura aos alunos descontos ou abatimentos de qualquer tipo quanto aos valores devidos ao IDP.

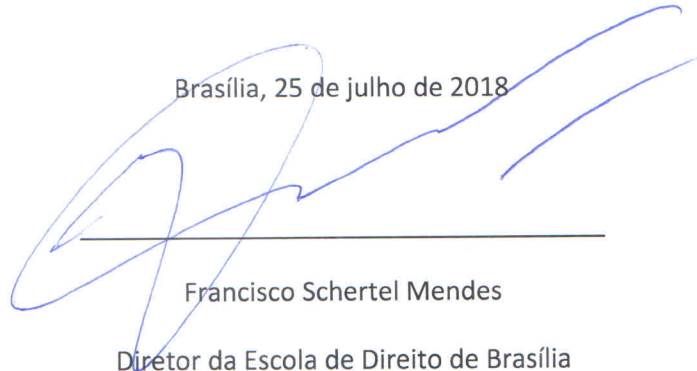
#### 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas deste Edital.

5.2. As situações não previstas nesta convocação serão analisadas e dirimidas pela Diretoria da Escola de Brasília (EDB/IDP).

5.3. Não serão aceitas candidaturas extemporâneas para participação neste Edital.

Brasília, 25 de julho de 2018



---

Francisco Schertel Mendes

Diretor da Escola de Direito de Brasília

Instituto Brasileiro de Direito Público— IDP

*Curso Superior en Garantías Jurisdiccionales e Institucionales de los Derechos Fundamentales  
en un Marco Global*

PROGRAMA ACADÊMICO

ESPANHA – 5 encuentros entre 15 a 19 de outubro

MÓDULO I. Marco teórico

1. Evolución del ordenamiento jurídico en el contexto de la globalización.  
Prof. Dr. D. Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
2. Derecho constitucional supranacional. El modelo europeo.  
Prof. Dr. D. Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.

MÓDULO II. Marco institucional

1. Poder judicial y garantía de los derechos en un marco global.  
Prof. Dr. D. Juan Francisco Sánchez Barrilao. Profesor titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
2. Garantías institucionales de los derechos: Defensor del pueblo y Ministerio Fiscal en España y la Unión Europea.  
Prof. Dr. D. Juan Francisco Sánchez Barrilao. Profesor titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.

MÓDULO III. Marco supranacional: Espacio europeo de libertad, seguridad y  
justicia

1. Reconocimiento de sentencias en el Espacio de Libertad, Seguridad y Justicia de la Unión Europea.  
Prof. Dr. D. Augusto Aguilar Calahorro. Profesor de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
2. Extradición y derechos fundamentales en la Unión Europea.  
Prof. Dr. D. Augusto Aguilar Calahorro. Profesor de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.

MÓDULO IV. Marco constitucional

1. La prueba en el proceso penal español y europeo.  
Prof. Dr. D. Miguel Azpitarte Sánchez. Profesor Titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
2. Régimen constitucional del seguimiento directo de personas.  
Prof. Dr. D. Ricardo Martín Morales. Profesor Titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.

#### MÓDULO V. Nuevos desafíos de las garantías jurisdiccionales e institucionales de los derechos

1. Seguridad, lucha contra el terrorismo y Derechos fundamentales. Derecho constitucional español y derecho constitucional europeo.  
Prof. Dr. D. Enrique Guillén López. Profesor Titular de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
2. El marco constitucional de los delitos de odio.  
Prof. Dr. D. José María Porras Ramírez. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.

BRASIL – 2 encontros em datas a serem fixadas previamente pela coordenação do mestrado.

#### MÓDULO PREPARATÓRIO I. Garantias fundamentais no modelo cooperativo global

1. O Estado Constitucional Cooperativo. O modelo cooperativo das Nações Unidas. O Tratado da União Europeia de Cooperação para a Paz. O Tratado Europeu de Tutela dos Direitos Humanos. A conexão entre os ordenamentos jurídicos nacionais, supranacionais e internacionais para a garantia dos direitos fundamentais. Transplantes na Constituição brasileira de 1988.  
Prof. Dr. Marcelo Ribeiro do Val. Professor de Direito Constitucional do IDP

#### MÓDULO PREPARATÓRIO II. O diálogo entre as jurisdições multinível

2. As relações judiciais entre as Cortes Constitucionais europeias, a Corte de Justiça da União Europeia e a Corte Europeia de Direitos Humanos. Sistema de limites e contralimites nas jurisdições constitucionais europeias. Transplantes na Constituição brasileira de 1988.  
Prof. Dr. Marcelo Ribeiro do Val. Professor de Direito Constitucional do IDP